

MULTILATERALISMO HÍBRIDO: GREENPEACE NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Ninda Soraya¹
Ali Muhammad²
Sitti Zarina Alimuddin³

Introdução

A função dos ecossistemas e a biodiversidade estão atualmente ameaçadas pelas mudanças climáticas. As projeções futuras indicam que estes riscos só aumentarão. As repercussões previstas incluem a destruição de *habitats*, a redução da distribuição de espécies nativas pouco adaptadas ao calor e à seca, e a escassez de água. Os perigos mais significativos são, por exemplo, as consequências das ondas de calor e outras ocorrências graves, como inundações e secas, alterações nos padrões de doenças infecciosas e efeitos na produção de alimentos e no abastecimento de água doce. As populações urbanas também enfrentam a diminuição do abastecimento de água nas cidades e o aumento do perigo de incêndios florestais nas regiões periurbanas (Hjerpe e Nasiritousi 2015). Apesar dos perigos dos efeitos irreversíveis das alterações climáticas, a ascensão global de um regime climático complexo, onde atores não estatais trabalham para reformar a estrutura e institucionalizar a política climática em vários países, resultou em interações bidirecionais entre atores estatais e não-estatais. Historicamente, as organizações não governamentais (ONG) deram contribuições importantes para a transição climática em todo o mundo e negociaram redes de *advocacy* de

1 Departamento de Relações Internacionais, Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Jogyakarta, Indonésia. E-mail: ninda.soraya.psc22@mail.umy.ac.id. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3525-1681>

2 Departamento de Relações Internacionais, Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Jogyakarta, Indonésia. E-mail: alimuhammad@umy.ac.id. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6344-3410>

3 Universiti Malaysia Sabah, Kota Kinabalu, Malásia. E-mail: bar8110066@student.ums.edu.my.

atores não estatais desde a primeira conferência das partes (COP, na sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) em 1995 (Liu, Wang e Wu 2017).

A governança ambiental de organizações intergovernamentais e transnacionais cresceu significativamente nas últimas décadas, desde a década de 1970, quando começou a expansão das organizações ambientais internacionais (Elsässer et al. 2022). A atividade atual das ONGs é resultado da globalização, que facilitou a emancipação do envolvimento dos atores privados, incluindo as ONGs multinacionais que conduzem operações transnacionais (Reed 2016). O envolvimento das ONGs demonstra que existem três razões pelas quais elas são atores importantes nas relações internacionais. Em primeiro lugar, a crescente influência das ONGs na determinação da prioridade das preocupações globais, como pode ser visto pela sua participação em importantes fóruns internacionais. Uma vez que o ativismo em determinados tópicos resulta no desenvolvimento de competências especializadas em domínios específicos, o segundo benefício é a construção de autoridade competente na área das ONGs. Terceiro, a ascensão da autoridade das ONGs como uma força global que promove normas progressistas (Wildan Ilmanuarif Shafar e Nurul Isnaeni 2016).

O Greenpeace foi escolhido como uma das imagens para representar como as ONGs estavam envolvidas na governança internacional das mudanças climáticas, procurando compreender melhor a sua função como um participante importante nas negociações internacionais sobre o clima. O Greenpeace foi fundado no Canadá em 1972 e, quando se expandiu para a Europa em 1979, tornou-se Greenpeace Internacional. O primeiro objetivo do Greenpeace era transformar o mundo usando “bombas midiáticas”, que eram sons e imagens que alteravam a consciência e eram transmitidos para todo o mundo sob o pretexto de notícias de última hora. A estratégia foi um sucesso total e o Greenpeace ganhou rapidamente o reconhecimento da mídia global. A sua missão é ser um grupo de *advocacy* independente e mundial, que trabalha para alterar as atitudes e comportamentos das pessoas, a fim de proteger e manter o ambiente (Pandey 2015). O Greenpeace é uma organização hierárquica, baseada em princípios democráticos globais, com um elevado grau de internacionalismo e coordenação. Na prática, as decisões de campanha do Greenpeace são desenvolvidas, coordenadas e monitoradas a nível internacional pelo Greenpeace Internacional, com contribuições adicionais dos escritórios nacionais e regionais (Sitorus e Purnama 2023).

A existência da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) proporciona um nível de interesse entre académicos sobre a governança global com múltiplos atores.

O ponto de partida para os pesquisadores é uma avaliação que aumente as interações institucionais, e não seja demasiadamente hierárquica, a fim de que se inspirem no sistema de governança das alterações climáticas. Embora a expressão “governança multinível” tenha sido utilizada pela primeira vez para descrever os múltiplos níveis de tomada de decisão na Europa, é também utilizada como enquadramento. Recentemente, ocorreu uma utilização crescente da expressão “governança multinível” para descrever as interações entre vários atores na escala do governo. Como resultado, algumas atividades autônomas são permitidas por códigos de conduta menos hierárquicos (Strachová 2021). Os atores não estatais, bem como as cidades, ganharam impulso em razão do Acordo de Paris. A crescente aceitação das redes de cidades transnacionais pelos governos nacionais alarga as suas opções de enfrentamento das alterações climáticas (Bäckstrand et al. 2017). Neste contexto, o multilateralismo híbrido é a colaboração entre vários atores, em diferentes níveis, relacionados com negociações multilaterais. Quando combinado com a sua instrumentalização, o multilateralismo híbrido serve como uma ferramenta para concentrar os esforços de várias partes, a fim de alcançar objetivos comuns (Dryzek 2017).

Esta pesquisa requer um estudo prévio sobre organizações não governamentais, multilateralismo híbrido, governança climática e Greenpeace, como base teórica de apoio para encontrar lacunas nesta investigação.

Além disso, a pesquisa conduzida por Giese (2017) examinou as ONGs sediadas na Índia, que incluem o papel da Justiça Climática Indiana e da Conferência de Mulheres de toda a Índia (AIWC, na sigla em inglês) na governança climática internacional. Ele enfatizou que estas ONGs têm um impacto limitado nas políticas ambientais do país. Dado que as ONGs têm influência dentro da organização internacional mais ampla da UNFCCC⁴, é possível apresentar argumentos mais fracos contra a governança indiana quando esta tem características transitivas. As ONG podem fornecer meios para influenciar a UNFCCC, o que tem um impacto na política do governo indiano relativamente à UNFCCC. Contudo, as ONG na Índia têm um impacto significativo na criação de conhecimento e capacidade organizacional, permitindo-lhes complementar e avaliar a política do governo da Índia. Na sua explicação sobre o papel das ONG no combate ao aquecimento global, Lucas J. Giese centrou-se principalmente no estudo de caso da Índia.

O estudo por Novianti (2013) examina como várias ONGs ambientais responderam à ocorrência de inundações em Praga, República Checa, do ponto

4 Nota do tradutor: A sigla, em inglês, se refere à *United Nations Framework Convention on Climate Change*. Em português, chama-se Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

de vista de uma abordagem baseada nos atores. Esta pesquisa é comparável à de Nasiritousi, Hjerpe e Linnér (2016a) que discutiram o papel dos atores não estatais na governança global e o seu potencial impacto nos Estados. Há uma questão subjacente nesses dois estudos que discutem o papel das ONGs na política nacional de alterações climáticas. De acordo com Liu, Wang e Wu (2017), as ONGs, como a China Civil Climate Action Network (CCCAN, na sigla em inglês) e a China Youth Climate Action Network (CYCAN, na sigla em inglês) assumiram um papel significativo nas discussões climáticas globais. Devido às diversas circunstâncias políticas, legais e até culturais, cada país tem um papel diferente para as ONGs na governança doméstica das alterações climáticas. De acordo com a sua investigação, que examina a China como o maior emissor de carbono do mundo, se depender apenas da administração *top-down*⁵ e da atividade voluntária do setor privado, um caminho de crescimento com baixo teor de carbono pode não ser possível. Como resultado, é crucial que as ONGs participem como atores da sociedade civil. No entanto, ainda há pouca pesquisa sobre a forma como as ONGs são utilizadas no controle das alterações climáticas pela China.

Além disso, Rietig (2016), em sua pesquisa, examina como os representantes do governo, em negociações internacionais, consideram as opiniões de grupos não governamentais. Há três ONGs importantes discutidas nesse estudo: a People in Need Foundation (PINF, na sigla em inglês), a Adventist Development and Relief Agency (ADRA, na sigla em inglês) e a The Czech Catholic Caritas (CCK, na sigla em inglês). As conclusões do estudo foram examinadas no contexto das discussões sobre o clima de 2009-2012, durante as quais os representantes do governo tomaram nota dos conselhos dos grupos de *advocacy* internacionais, incluindo o Climate Action Network. Dado o previamente acordado mandato de negociação, definido estreitamente, manifestações e atividades de lobby em escala global são frequentemente desconsideradas. Para modificar a posição do governo e reiniciar a próxima discussão após ter atraído uma atenção pública significativa, é necessário adotar uma visão de longo prazo. Como resultado, o governo incentiva a participação das ONGs, uma vez que conferem credibilidade e angariam o apoio da população em geral. Esse estudo se concentra exclusivamente no papel das ONGs nas negociações e nas ferramentas das ONGs para demonstrar a legitimidade do governo (Reed 2016).

No seu estudo, Roberto Talentil analisa novas formas de multilateralismo que amplificam a função das ONGs e aumentam a potência do sistema de governança climática internacional. Portanto, Roberto

⁵ Nota do tradutor: Também conhecida como administração ou gestão de cima para baixo.

Talenti, com base em estudos relevantes anteriores, estabelece o conceito de Multilateralismo Híbrido de Regime Climático, com o objetivo de determinar até que ponto o Multilateralismo Híbrido melhora as suas posições na governança climática. Por exemplo, as organizações não governamentais no nível da governança climática global (Talenti 2022a). Relaciona-se ao artigo de Robert, nomeadamente o artigo de Kevin Michael DeLuca (2009), no qual ele explica que o Greenpeace, como ONG, pode organizar e publicar sobre as alterações climáticas globais (DeLuca 2009).

Pesquisas anteriores sobre regimes internacionais, organizações internacionais e administração pública internacional são apenas algumas das áreas acadêmicas que analisaram como as instituições interagem entre si. A maior parte das pesquisas anteriores centrou-se na forma como as ONGs podem ajudar os atores governamentais na resolução de problemas ambientais numa nação. Esse estudo melhorou a nossa compreensão sobre como as instituições interagem em vários níveis organizacionais, e os efeitos que elas têm em aspectos como a eficácia, a legitimidade e a autoridade da governança ambiental global. Tentamos assim examinar como o Greenpeace, uma das ONGs influentes no combate à questão climática, desempenha seu papel na política global das mudanças climáticas nesta pesquisa. Portanto, este artigo levanta algumas questões adicionais, além de descrever como o Greenpeace influenciou as discussões climáticas globais. Primeiro, como o multilateralismo híbrido explica a participação do Greenpeace nas negociações climáticas globais? Em segundo lugar, os acordos ambientais internacionais se beneficiam da participação do Greenpeace na governança global das mudanças climáticas? Por último, quais são os indicadores que justificam a influência do Greenpeace nas discussões climáticas globais?

Esta pesquisa utiliza metodologia qualitativa. O estudo descreve de forma detalhada como o Greenpeace está envolvido na governança climática internacional (Nurhariska, Hayat e Abidin 2023). A pesquisa utiliza metodologia qualitativa e descreve na íntegra como o Greenpeace está envolvido na governança climática internacional (Nurhariska et al., 2023). A pesquisa é também de natureza bibliográfica, buscando descrever e analisar eventos, fenômenos e ideias coletadas por meio da análise de documentos e registros existentes, para que os pesquisadores possam oferecer uma imagem clara, focada e abrangente do tema. Os dados obtidos são secundários, oriundos de pesquisas em vários websites de notícias, websites oficiais de agências governamentais, notícias e pesquisas anteriores. A pesquisa qualitativa, com ênfase em múltiplos métodos, inclui abordagens naturalistas e interpretativas do material, o que significa que, para compreender ou interpretar eventos com base nos significados atribuídos pelas pessoas, os pesquisadores qualitativos

investigam objetos em seu ambiente natural. Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados é realizada por meio de estudos de caso, textos históricos, periódicos anteriores, notícias, websites oficiais, como o do Greenpeace e de outras organizações internacionais sobre clima, e relatórios anuais, para explicar os momentos comuns e incomuns. Essas características são distintivas da pesquisa qualitativa, bem como da literatura no amplo campo das ciências sociais (Aspers e Corte 2019)..

Quadro Conceitual de Multilateralismo Híbrido

Essa pesquisa utiliza o conceito de multilateralismo híbrido desenvolvido por Bäckstrand et al., que o define como uma ‘heurística’ para capturar a interação intensiva entre atores estatais e não-estatais no novo panorama da cooperação climática internacional. De acordo com esses estudiosos, o multilateralismo híbrido considera duas novas tendências da política climática global, nomeadamente a emergência de uma arquitetura híbrida de política climática e a intensa interação entre a ação climática multilateral e transnacional. No mesmo ano, Dryzek adotou o conceito de multilateralismo híbrido, definido pelo surgimento de conexões entre as negociações multilaterais estabelecidas e muitas iniciativas de autogoverno envolvendo diversos atores não estatais cooperando entre si. Por fim, Strachová recentemente definiu o multilateralismo híbrido como uma forma de cooperação entre diferentes atores em diferentes níveis. As definições de Multilateralismo Híbrido não apenas destacam o papel desses atores, mas também enfatizam sua heterogeneidade, quando definem o multilateralismo híbrido como ‘heurísticas’, ‘conexões’ e formas de ‘cooperação’. Além disso, Kupper et al revelaram que é no Acordo de Paris que o multilateralismo híbrido está sendo implementado, por meio da introdução de determinações nacionais, o que permitirá às ONGs aumentar a “justiça, legitimidade e eficácia” no regime climático internacional. (Superiore e Anna 2023).

O aconselhamento multilateral híbrido refere-se a um conceito nas relações internacionais no qual abordagens tradicionais de multilateralismo para a governança global são combinadas ou complementadas por mecanismos mais flexíveis, informais ou não tradicionais. Isso envolve uma combinação de organizações internacionais tradicionais, como as Nações Unidas, e novas formas de cooperação, frequentemente envolvendo muitos *stakeholders* fora do Estado-nação. Em um multilateralismo híbrido, vários atores, incluindo os Estados, as organizações internacionais, as organizações não governamentais (ONGs), a sociedade civil e até mesmo o setor privado, se unem para enfrentar

desafios globais. Não se trata apenas de cooperação entre países, mas inclui uma ampla gama de *stakeholders* (Dryzek 2017).

Segundo Kyuper, o Acordo de Paris instituiu um sistema de Multilateralismo Híbrido por meio da introdução de contribuições nacionalmente determinadas, com a possibilidade de as ONGs aprimorarem o regime climático internacional por meio de três pontos: Autoridade, Legitimidade e Eficácia. A partir destes três pontos, que avaliam como os atores não estatais podem contribuir, desempenhar os seus vários papéis e envolver-se nas negociações internacionais sobre o clima. As características multilaterais híbridas do envolvimento dos atores não estatais na UNFCCC, sob o Acordo de Paris, continuam a levantar questões sobre justiça e igualdade, especialmente no que se refere à decisão sobre quem recebe o quê, quando e como. A *legitimidade* é um elemento essencial da governança de qualquer sistema e determina se os atores percebem as regras como aceitáveis e legítimas. A *participação de atores não estatais* pode aumentar ou prejudicar a eficácia do Acordo de Paris, sendo um terceiro elemento importante para compreender a relevância das atividades não estatais. A *eficácia* de um tratado internacional pode ser definida em função da ambição e firmeza do compromisso das Partes, em combinação com o grau de participação dos Estados e o cumprimento do que foi acordado (Kuyper, Linnér e Schroeder 2018). O Acordo de Paris terá uma grande influência na capacidade dos Estados e atores não estatais de lidar com as demandas impostas pelo aquecimento global. Nesse cenário, surge o pensamento sobre como essa arquitetura híbrida pode funcionar na prática. Portanto, a partir do pensamento de Kyuper, analisando os três pontos-chave do multilateralismo híbrido, a saber: Autoridade, Legitimidade e Eficácia.

Multilateralismo Híbrido e Envolvimento do Greenpeace nas Negociações Climáticas Internacionais

O Acordo de Paris enfatiza o multilateralismo híbrido, que tem o duplo efeito de encorajar e inibir a participação de atores não estatais na gestão climática global, especialmente organizações não governamentais (ONGs). A ideia de multilateralismo híbrido foi expandida posteriormente, uma lista de potenciais atores não estatais foi fornecida e esperava-se que eles tivessem maior influência após o Acordo de Paris (Bäckstrand et al. 2017). A teoria do multilateralismo híbrido procura explicar as interações entre atores estatais e não estatais no sistema emergente de cooperação climática global. Os atores não estatais são grupos que não fazem parte do governo, como o Greenpeace. Essa explicação foi aceita pelo UN Economic and Social Council para

observadores com status consultivo. Em futuras pesquisas sobre a formação do regime climático internacional pós-Paris, a ideia de “multilateralismo híbrido” será o instrumento utilizado (Talenti 2022b).

Dois dos principais desenvolvimentos na questão climática global podem ser ilustrados pelo multilateralismo híbrido. Em primeiro lugar, ao destacar uma abordagem híbrida que combine os compromissos climáticos assumidos voluntariamente pelas nações com um quadro de transparência global, que proporcione reavaliação regular. Além de participar na diplomacia global, como observadores, o Greenpeace também administra a implementação e o monitoramento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês). Em segundo lugar, o multilateralismo híbrido considera a ligação entre a ação climática multilateral e transnacional, na qual o Secretariado da UNFCCC desempenha o papel de facilitador. (Bäckstrand et al. 2017). A participação do Greenpeace no multilateralismo híbrido foi categorizada em três características: Autoridade, Legitimidade e Eficácia.

Autoridade

Nos últimos anos, a questão de onde está localizada a autoridade política na era do multilateralismo híbrido tem consumido cientistas que estudam a governança climática. Hoje, mais de 12.000 contribuições para a base de dados da Zona de Atores Não Estatais para a Ação Climática (NAZCA, na sigla em inglês) demonstram o envolvimento substancial de atores não estatais na governança das alterações climáticas. Enquanto algumas contribuições de bancos de dados estão diretamente ligadas às atividades regulatórias dos Estados-nação, muitas mostram que as experiências não estatais de ação climática aumentaram desde a Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade (COP 15) (Bäckstrand et al. 2017). De acordo com Hoffmann (2012), na sequência de uma reunião em Copenhague, que é um marco na gestão climática global, as empresas e ONGs decidiram tomar medidas para enfrentar as alterações climáticas. Essa pode ser uma tendência causada pela expansão das redes urbanas globais e pela participação urbana na governança climática. Vários estudos também foram realizados sobre a expansão dos padrões comerciais de contabilização de emissões, parcerias público-privadas, redes globais de cidades e programas de certificação, nos últimos anos. (MM Betsill e Corell 2017).

As cidades, as empresas e as organizações não governamentais (ONGs) já não estão limitadas a aderir aos tratados intergovernamentais ou às orientações dos Estados-nação, à medida em que começaram a criar as

suas próprias leis e diretrizes, que outros optaram adotar. Eles estabeleceram domínios pessoais de jurisdição separados do Estado soberano e tornaram-se governantes independentes (M. Betsill 2013). Na sequência de uma reunião em Copenhague, que é um marco na gestão climática global, as empresas e as ONGs decidiram agir por si próprias para enfrentar as alterações climáticas. Essa pode ser uma tendência causada pela expansão das redes urbanas globais e pela participação urbana na governança climática. Vários estudos também foram realizados sobre a expansão dos padrões comerciais de contabilização de emissões, parcerias público-privadas, redes globais de cidades e programas de certificação, nos últimos anos. (Hoffmann 2012).

Legitimidade

A forma de legitimidade que os atores não estatais têm na UNFCCC tem sido um tópico de disputa entre o Acordo de Copenhague e o Acordo de Paris. Organizações não governamentais têm a oportunidade e são incentivadas a fornecer informações e resultados válidos no Acordo de Paris. A Autoridade Nacional Designada e os atores regionais interessados criaram um sistema de auto-relato⁶ e monitoramento para o Fundo Verde para o Clima e convidaram as organizações não governamentais para participar de seu desenvolvimento. Contudo, a posição das ONGs na arquitetura híbrida do Acordo de Paris ainda não está clara (Fisher 2010). Solicita-se às ONG a redução das suas emissões por meio de promessas voluntárias, embora, em determinado momento, tenham sido convidadas a trabalhar com os governos para determinar o procedimento de monitoramento das reduções de emissões. Ainda que algumas ONGs também atuam como fiscalizadoras, outras não o fazem. A legitimidade vincula autoridade e poder. Ela fortalece as autoridades, legitimando-as aos olhos dos governados (Bernstein 2011). O Greenpeace acredita que a sua opinião sobre o tema não é apenas um dos seus direitos legais, mas que também seria negligente e irresponsável da sua parte não fazê-lo (Schmidt 2013).

A eficácia do Acordo de Paris também dependerá de como as escolhas são feitas. A qualidade da deliberação, em seu sentido mais básico, diz respeito à forma como os tomadores de decisão podem convencer os outros das razões das suas decisões. Os países ainda não são obrigados a fornecer explicações detalhadas sobre as suas NDCs, porém mais de 170 compromissos nacionais são suficientes para serem acordados no Acordo de Paris (Brun 2016). Em 2018, os Estados participarão em discussões voltadas ao apoio de seus

6 Nota do tradutor: Referido no original como “*self-reporting*”.

compromissos para os objetivos de longo prazo do Acordo de Paris. Neste contexto, os atores não estatais serão cruciais, especialmente por meio dos procedimentos TEM e TEP. No ponto de interseção do multilateralismo híbrido, as discussões sobre as contribuições não estatais para a LPAA, a NAZCA e a futura Ação Climática Global (GCA, na sigla em inglês) têm ocorrido com mais frequência entre a UNFCCC e os atores não estatais. Porque fornecem um fórum para demonstração e discussão, essas iniciativas de arranjo permitem que atores estatais e não estatais participem do mesmo processo (Chan, Brandi e Bauer 2016).

Eficácia

O surgimento da governança climática transnacional tem levado muitos pesquisadores a investigar como a ONU pode coordenar, mobilizar e acelerar a ação não estatal e pública para o enfrentamento das alterações climáticas, além de manter o aquecimento global a 2°C ou menos, e apoiar a resiliência às mudanças climáticas e a descarbonização (Widerberg e Pattberg 2015). A ambição e a rigidez das obrigações de um acordo internacional, juntamente com os níveis de envolvimento e conformidade dos Estados, determinam a sua eficácia (Bang, Hovi e Skodvin 2016). Se houver um aumento nos compromissos, mantendo o mesmo nível de envolvimento, a eficácia será aprimorada.

Os atores não estatais, neste caso as ONGs, são frequentemente vistos como apoiadores da implementação, ao mesmo tempo em que monitoram e avaliam a conformidade. Ao identificar problemas, formular objetivos, estabelecer regras, disseminar informações e recursos, construir capacidades, avaliar a conformidade, entre outros, as ONGs também promovem a ambição e o envolvimento. Para alcançar futuros de baixo carbono, a eficácia pós-Paris também envolve a coordenação de iniciativas não estatais e intergovernamentais dentro de um quadro abrangente (Hsu et al. 2015). Para reduzir o déficit de emissões, as contribuições não estatais, fora da UNFCCC, devem aumentar. Como as NDC podem atingir suas metas de descarbonização e mitigação, reduzindo as emissões de gases de efeito de estufa por meio de compromissos e ações voluntárias não estatais e subnacionais? Além da adaptação e mitigação das mudanças climáticas, a UNFCCC também realiza muito mais (Bäckstrand et al. 2017).

O Acordo de Paris objetiva erradicar a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e reforçar a resposta internacional no combate às alterações climáticas. Isso incentivará o crescimento com baixas emissões

de gases de efeito de estufa, sem colocar em risco o abastecimento mundial de alimentos, mantendo o aumento da temperatura global abaixo de 2°C, aumentando a resiliência às mudanças climáticas e alinhando os fluxos financeiros com esses objetivos. Espera-se que os atores não estatais contribuam para diversos componentes do acordo, o que pode gerar conflitos (Bäckstrand et al. 2017).

O papel do Greenpeace nas negociações climáticas internacionais

Após entender como o multilateralismo híbrido nos ajuda a compreender o papel do Greenpeace na governança climática global, exploraremos a eficácia do Greenpeace nas discussões internacionais sobre o clima. Devido às suas responsabilidades e métodos, o seu envolvimento produzirá resultados positivos. Assim, discutiremos primeiro os seus papéis e formas de melhorar as negociações climáticas. A participação das ONGs em discussões e acordos ambientais internacionais cresceu de forma significativa nas últimas décadas. Embora muitos pesquisadores acreditem que ONGs como o Greenpeace têm impacto na política ambiental global, os seus papéis e esforços em conferências internacionais, nomeadamente aquelas que tratam de questões climáticas, são contestados. A UNFCCC é uma das conferências ambientais focadas nas mudanças climáticas, que proporciona discussões sobre o tema. O Greenpeace participou de discussões climáticas por meio dos Acordos Climáticos Internacionais. Mais de 60% das partes afirmam que as ONGs ajudam a divulgar as mudanças climáticas (Nasiritousi, Hjerpe e Linnér 2016b). As perspectivas das ONGs sobre o acordo podem variar.

Embora atuem apenas como observadores, as ONGs também desempenharam um papel importante nas discussões da UNFCCC. Além disso, a Conferência das Partes (COP, na sigla em inglês) concedeu às ONGs status de observadores (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, n.d.). Essas ONGs têm relações amplas com com diferentes interesses ou pontos de vista, mas a maioria tem algo em comum. Muitas ONGs estão presentes como observadoras, e algumas delas influenciam significativamente a posição das partes por meio de lobbies e outros meios, como representar vários níveis de governo, documentar e avaliar o processo de negociação ou atuar como fiscalizadoras. (O The Climate Policy Info Hub 2023).

O Greenpeace Internacional é um dos grupos a quem a Conferência das Partes da UNFCCC concedeu o status de observador. (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, n.d.). O Greenpeace tem se

envolvido ativamente, participando de reuniões e discutindo ideias com outros participantes, incluindo delegados. Reconhece-se que esse engajamento permite que conhecimentos, habilidades, opiniões e experiências da sociedade civil sejam incorporados ao processo, trazendo novas ideias e métodos. Ademais, o envolvimento e o acesso do Greenpeace como observadores do processo incentivam a transparência em uma questão global cada vez mais complexa. O envolvimento do Greenpeace nas agendas da UNFCCC prospera em um ambiente de confiança, onde as ideias dos outros são respeitadas e onde se considera a natureza das sessões internacionais (United Nations Climate Change Secretariat 2017).

Indicadores da influência do Greenpeace no Protocolo de Quioto e no Acordo de Paris

À medida que as ONGs passaram a ser gradualmente reconhecidas como os “olhos e ouvidos do mundo”, os pesquisadores fizeram tentativas substanciais para compreender o impacto dos atores não estatais na formação da política ambiental internacional. No entanto, M. M. Betsill e Corell (2017) afirmam que ainda existem questões em aberto sobre como e quando as ONGs podem influenciar a política climática. Compreender as circunstâncias em que ONGs como a Greenpeace impactam as políticas relativas às mudanças climáticas, especialmente quando se trata de influenciar as discussões ambientais internacionais, depende de considerar o que se entende por influência. Pode ser difícil assimilar a posição de cada parte nesse multilateralismo híbrido para enfrentar a catástrofe climática, se o conceito de influência não estiver bem definido. Para avaliar se ONGs como o Greenpeace tiveram sucesso ou fracasso ao influenciar discussões internacionais sobre o problema climático, precisaríamos explicar o que entendemos por impacto das ONGs e qual tipo de indicador pode ser utilizado para caracterizar suas influências nessa seção.

A influência pode ocorrer quando um ator comunica informações a outro através de fronteiras internacionais, modificando o comportamento deste último em relação ao que teria acontecido na ausência das informações. Portanto, o efeito dessa ideia levou a mudanças no comportamento do ator estatal, de acordo com as informações fornecidas. Organizações governamentais internacionais que enfrentam o problema climático precisam conhecer as ONGs, em razão desse tipo de efeito na esfera política, onde os governos geralmente mantêm a autoridade decisória sobre as questões

procedimentais e o conteúdo dos acordos ou decisões. As ONGs precisam ter uma base sólida de informações para influenciar o conhecimento que pode ser utilizado nas discussões ou acordos climáticos internacionais (M. M. Betsill e Corell 2017).

Alguns acadêmicos dependem de evidências das ações das ONGs, como a tomada de decisões pelos negociadores sobre posições específicas, fornecimento de materiais e lobby, para determinar se as ONGs têm realmente um impacto nas discussões governamentais internacionais (Liu, Wang e Wu 2017). Existia uma estrutura analítica que fornecia um índice para medir a influência das ONGs nas discussões ou acordos climáticos globais. Os indicadores incluíam o seguinte: (1) a presença das ONGs nas negociações; (2) a capacidade de influenciar a agenda; (3) a oportunidade de definir a questão ambiental em negociação; (4) a capacidade de fornecer informações por escrito e oralmente para apoiar uma posição; (5) a capacidade de aconselhar diretamente as delegações governamentais; e (6) a capacidade de garantir que as informações possam ser incorporadas nas negociações ou no acordo. Os primeiros quatro indicadores devem ser preenchidos para avaliar se as ONGs afetaram uma negociação. Isso porque os primeiros quatro indicadores se concentram na participação das ONGs, que podem ser usados para determinar o grau de impacto delas (M. M. Betsill e Corell 2017).

O Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima tem como objetivo mitigar a mudança climática catastrófica de origem antropogênica, atribuindo a todas as Partes “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, levando em conta as emissões de gases de efeito estufa de cada país e a sua capacidade de reduzir essas emissões (Ki-moon 2017). Esse acordo global visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa, estabilizando a concentração desses gases na atmosfera em um nível que possa prevenir impactos adversos ao sistema climático. Para isso, o Protocolo de Quioto incorpora diversos elementos de acordos ambientais internacionais anteriores, como a exigência de que cada país reduza as suas emissões nacionais de gases de efeito estufa em uma determinada porcentagem, a partir de um ano base. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é outra estratégia do Protocolo de Quioto, permitindo que os países ricos cumpram suas obrigações de redução das emissões de gases de efeito de estufa, apoiando as iniciativas de países em desenvolvimento (Rowlands 2001).

O Protocolo de Quioto estabelece um acordo para limitar e reduzir as emissões de GEE, reunindo 37 países prósperos e economias em transição. Quando o presidente Clinton assumiu, o Protocolo de Quioto de 1997 foi criado e assinado, mas o Senado dos EUA nunca o ratificou. Os Estados

Unidos se retiraram do Protocolo de Quioto em março de 2001, pouco depois de Bush assumir a presidência. A decisão do presidente Bush de retirar os Estados Unidos do Protocolo desencadeou manifestações em abril de 2001, em frente à Casa Branca e aos terrenos presidenciais no Texas. Em uma carta datada de maio de 2001, o Greenpeace se dirigiu a 100 das principais empresas do mundo, algumas das quais haviam colaborado com o governo dos EUA para resistir aos esforços de mitigação às mudanças climáticas. As empresas também foram solicitadas a apoiar abertamente o Protocolo de Quioto. Em junho de 2001, o Greenpeace lançou um boicote a postos de gasolina visando a ExxonMobil porque a empresa era uma das principais apoiadoras da decisão de Bush de se retirar do Protocolo de Quioto. No mês seguinte, o Greenpeace continuou seus esforços para persuadir grandes empresas americanas, como a Ford Motor Company e a Coca-Cola, a apoiar o Protocolo de Quioto, a fim de exercer pressão indireta sobre a administração Bush para reverter sua rejeição do Protocolo (Dib 2021).

Na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em agosto de 2002, o Greenpeace juntou-se ao Conselho Empresarial Global para o Desenvolvimento Sustentável para convocar os governos de todo o mundo a aceitar o Acordo de Quioto como base para um novo conjunto de leis universais para combater o aquecimento global. Quando os Estados Unidos eram signatários do Protocolo de Quioto, o Greenpeace iniciou campanhas e manifestações em pequena escala para pressionar os governos a cumprirem o Protocolo. No entanto, uma vez que a administração Bush assumiu e se retirou do Protocolo, o Greenpeace concentrou seus esforços em pressionar de forma mais sutil os principais líderes empresariais que tinham vínculos e parcerias com o governo federal. Esses líderes empresariais exerciam influência sobre a agenda política federal devido à assistência financeira que ofereciam ao governo, o que indicava que eles tinham influência sobre a indústria (Dib 2021). Isso provou que o Greenpeace teve sucesso em influenciar as indústrias.

Em relação ao Acordo de Paris, o Greenpeace examina a sua incapacidade de influenciar as negociações ambientais internacionais. A maioria dos países do mundo ratificou o Acordo Climático de Paris, um acordo internacional que promete combater as mudanças climáticas. Após anos de discussões, um acordo foi alcançado, marcando o primeiro acordo climático do mundo. Isso é visto como um progresso significativo na busca de soluções por parte da comunidade mundial, apesar das suas falhas. Claro, essa é normalmente a intenção quando o tema do Acordo de Paris é mencionado no contexto das alterações climáticas. O Acordo de Paris visa manter o aquecimento global em 1,5 graus, idealmente abaixo de dois graus, se as graves consequências

climáticas forem evitadas com essa medida (Greenpeace 2021).

Os Estados Unidos declararam formalmente a sua intenção de sair do Acordo de Paris em 4 de novembro de 2019, e a administração Trump iniciou o procedimento para isso. O motivo foi o peso econômico injusto imposto à força de trabalho, aos contribuintes e às empresas norte-americanas. Eles alegaram que, entre 1970 e 2018, reduziram efetivamente a poluição atmosférica em 74% e, entre 2005 e 2017, as emissões líquidas de gases de efeito estufa diminuíram para 13%, enquanto a economia cresceu quase 19% (Pompeo 2019). Infelizmente, essa decisão resultou na perda do papel do Greenpeace na influência do Acordo de Paris.

Annie Leonard, diretora executiva do Greenpeace EUA, afirmou que a decisão dos Estados Unidos de se retirar do Acordo Climático de Paris, pela administração Trump, transformaria o país de líder global em clima para o maior fracasso climático do país. (Greenpeace 2017a). Proteger o planeta e seus habitantes é uma obrigação moral, e não mais uma obrigação legal ou política, porque proteger o planeta é fundamental para o meio ambiente e para a sociedade global. No Acordo de Paris, mais de 200 países concordaram com essa afirmação, e se a administração Trump pretende violar esse compromisso, então executivos e líderes empresariais, que são emissores de gases de efeito estufa, devem responsabilizar aqueles que causam a poluição ambiental global (Greenpeace 2017b). De acordo com o comunicado divulgado, o Greenpeace acredita que a decisão de Trump de se retirar do acordo tornaria mais difícil manter um futuro seguro para a vida na terra, e que esta tarefa seria grande demais para os governos nacionais enfrentarem sozinhos.

Como mencionado anteriormente, este incidente demonstrou a incapacidade do Greenpeace de influenciar as discussões sobre as mudanças climáticas. Eles não têm mais permissão para colaborar com coalizões de entidades não federais dos EUA para monitorar a implementação do Acordo de Paris. O Greenpeace não foi capaz de ditar a agenda das negociações, de estabelecer contato direto com as delegações governamentais para fornecer recomendações detalhadas e, o mais importante, não esteve presente em nenhuma das discussões (M. M. Betsill e Corell 2017). As ONGs são o ator menos capaz na governança global das alterações climáticas. Apenas a pressão e a persuasão lhes permitirão exercer influência (Allan e Hadden 2017). Devido à sua incapacidade de participar das discussões e pelo fato de que grande parte do material enviado para os tomadores de decisão não foi incluído na versão final do rascunho do acordo, o Greenpeace perdeu sua influência sobre o Acordo de Paris devido à decisão dos EUA de se retirar. Não obstante, a versão final do acordo não conseguiu representar com precisão os objetivos e princípios orientadores das ONGs na luta contra a catástrofe

climática (M. M. Betsill e Corell 2017).

Conclusões

O Acordo de Paris é um exemplo claro de multilateralismo híbrido, que envolve tanto atores estatais quanto não estatais nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas, de acordo com os resultados deste estudo. Os atores não estatais, como as ONGs, têm um impacto significativo sobre as mudanças climáticas globais, ainda que de forma indireta. O fato de o Greenpeace participar do multilateralismo híbrido, avaliando organizações com base em três critérios – autoridade, legitimidade e eficácia – demonstra que se trata de uma ONG envolvida nas discussões internacionais sobre alterações climáticas. Como observador nas negociações internacionais, o Greenpeace promove a transparência em questões globais cada vez mais complexas, assumindo um papel ativo nas discussões com outros participantes, incluindo delegados em conferências internacionais. O Greenpeace também desempenha muitos papéis e oferece benefícios importantes na governança global climática.

As evidências do Greenpeace impactaram a discussão global sobre o Protocolo de Quioto quando o governo Bush se retirou do acordo, além dos indicadores de influência da organização nas discussões globais, incluindo o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris. Devido ao apoio financeiro de empresários a governos que têm impacto sobre a indústria, o Greenpeace destacou sutilmente grandes empresas que têm relações de parceria com o governo federal, participando e boicotando grandes empresas americanas que eram principais apoiadoras de Bush. No entanto, o Acordo de Paris mostra que o Greenpeace é impotente para influenciar os debates sobre mudanças climáticas. O Greenpeace não está autorizado a trabalhar com uma coalização de organizações não federais dos EUA para supervisionar a implementação do Acordo de Paris. Portanto, o Greenpeace não pode definir a agenda das negociações, falar diretamente com as delegações governamentais para apresentar propostas específicas e, mais importante, não pode participar de nenhuma das reuniões. O impacto do Greenpeace sobre o Acordo de Paris foi diminuído devido à sua ineficiência.

Esse estudo examina o papel do Greenpeace como uma ONG nas mudanças climáticas internacionais, com foco na participação do Greenpeace nas negociações internacionais multilaterais híbridas, na sua função e nos seus benefícios na governança das alterações climáticas globais, e na sua influência nas discussões internacionais. Há necessidade de estudos que aprofundem a participação do Greenpeace na governança climática global

como um ator não estatal, voltados aos países que estão em conflito por causa dos danos ambientais.

Referências

- Allan, J. I., & Hadden, J. (2017). Exploring the framing power of NGOs in global climate politics. *Environmental Politics*, 26(4), 600–620. <https://doi.org/10.1080/09644016.2017.1319017>
- Aspers, P., & Corte, U. (2019). What is Qualitative in Qualitative Research Content courtesy of Springer Nature. *Springer*, 42(February), 139–160 retrieved on April 27 2021. <https://doi.org/10.1007/s11133-019-9413-7%0AWhat>
- Bäckstrand, K., Kuyper, J. W., Linnér, B. O., & Lövbrand, E. (2017). Non-state actors in global climate governance: from Copenhagen to Paris and beyond. *Environmental Politics*, 26(4), 561–579. <https://doi.org/10.1080/09644016.2017.1327485>
- Bang, G., Hovi, J., & Skodvin, T. (2016). The Paris agreement: Short-term and long-term effectiveness. *Politics and Governance*, 4(3), 209–218. <https://doi.org/10.17645/pag.v4i3.640>
- Bernstein, S. (2011). Legitimacy in intergovernmental and non-state global governance. *Review of International Political Economy*, 18(1), 17–51. <https://doi.org/10.1080/09692290903173087>
- Betsill, M. (2013). Studying Global Environmental Meetings. *Global Environmental Politics*, 13(August), 46–64. <https://doi.org/10.1162/GLEP>
- Betsill, M. M., & Corell, E. (2017). NGO influence in international environmental negotiations: A framework for analysis. *International Environmental Governance*, November, 453–476. <https://doi.org/10.1162/152638001317146372>
- Brun, A. (2016). Conference diplomacy: The making of the Paris agreement. *Politics and Governance*, 4(3), 115–123. <https://doi.org/10.17645/pag.v4i3.649>
- Chan, S., Brandi, C., & Bauer, S. (2016). Aligning transnational climate action with international climate governance: the road from Paris. *Review of European, Comparative and International Environmental Law*, 25(2), 238–247. <https://doi.org/10.1111/reel.12168>
- DeLuca, K. M. (2009). Greenpeace International Media Analyst Reflects on Communicating Climate Change. *Environmental Communication*,

- 3(2), 263–269. <https://doi.org/10.1080/17524030902972734>
- Dib, V. (2021). A Case Study on Greenpeace’s Role in Pressuring United States to Comply with the 1997 Kyoto Protocol. https://presentations.curf.upenn.edu/sites/default/files/poster_upload/2021-08/greenpeace-case-study-kyoto-protocol.pdf
- Dryzek, J. S. (2017). The meanings of life for non-state actors in climate politics. *Environmental Politics*, 26(4), 789–799. <https://doi.org/10.1080/09644016.2017.1321724>
- Elsässer, J. P., Hickmann, T., Jinnah, S., Oberthür, S., & Van de Graaf, T. (2022). Institutional interplay in global environmental governance: lessons learned and future research. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 22(2), 373–391. <https://doi.org/10.1007/s10784-022-09569-4>
- Fisher, D. R. (2010). COP-15 in Copenhagen: How the merging of movements left civil society out in the cold. *Global Environmental Politics*, 10(2), 11–17. <https://doi.org/10.1162/glep.2010.10.2.11>
- Giese, L. J. (2017). The Role of NGOs in International Climate Governance : A Case Study of Indian NGOs. 2017, 29. http://digitalcommons.csbsju.edu/honors_thesishttp://digitalcommons.csbsju.edu/honors_thesis/36
- Greenpeace. (2017a). Trump announces U.S. “withdrawal” from Paris Climate Agreement – Greenpeace response. Greenpeace. <https://www.greenpeace.org/usa/news/trump-announces-u-s-withdrawal-from-paris-climate-agreement-greenpeace-response/>
- Greenpeace. (2017b). Withdrawing from the Paris Climate Agreement would turn America from a global climate leader into a global climate deadbeat. Greenpeace. <https://www.greenpeace.org/usa/news/withdrawing-paris-climate-agreement-turn-america-global-climate-leader-global-climate-deadbeat-greenpeace/>
- Greenpeace. (2021). What is the Paris climate agreement and why does it matter. Greenpeace. [https://www.greenpeace.org.uk/news/what-is-paris-climate-agreement-and-why-does-it-matter/#:~:text=The goal of the Paris,least to cause this crisis\).](https://www.greenpeace.org.uk/news/what-is-paris-climate-agreement-and-why-does-it-matter/#:~:text=The goal of the Paris,least to cause this crisis).)
- Hjerpe, M., & Nasiritousi, N. (2015). Views on alternative forums for effectively tackling climate change. *Nature Climate Change*, 5(9), 864–867. <https://doi.org/10.1038/nclimate2684>
- Hoffman, M. J. (2012). *Climate Governance at the Crossroads Experimenting with a Global Response after Kyoto*. Oxford University Press. <https://politics.utoronto.ca/publication/climate-governance-at-the->

- crossroads-experimenting-with-a-global-response-after-kyoto/
- Hsu, A., Moffat, A. S., Weinfurter, A. J., & Schwartz, J. D. (2015). Towards a new climate diplomacy. *Nature Climate Change*, 5(6), 501–503. <https://doi.org/10.1038/nclimate2594>
- Ki-moon, B. (2017). Committee : Environmental Committee Issue : Re-evaluation of the Kyoto Protocol and the Paris Agreement on climate change in a shifting political landscape Student Officer : Eirini Vyzirgiannaki Position : Co-Chair Introduction Definition of Key-Terms. June, 1–14.
- Kuyper, J. W., Linnér, B. O., & Schroeder, H. (2018). Non-state actors in hybrid global climate governance: justice, legitimacy, and effectiveness in a post-Paris era. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 9(1), 1–18. <https://doi.org/10.1002/wcc.497>
- Liu, L., Wang, P., & Wu, T. (2017). The role of nongovernmental organizations in China's climate change governance. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 8(6), 1–16. <https://doi.org/10.1002/wcc.483>
- Nasiritousi, N., Hjerpe, M., & Linnér, B. O. (2016). The roles of non-state actors in climate change governance: understanding agency through governance profiles. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 16(1), 109–126. <https://doi.org/10.1007/s10784-014-9243-8>
- Novianti, K. (2013). Peran NGOs (Non-Governmental Organizations) Lingkungan dalam Mitigasi Banjir di Praha, Republik Ceko. *Kajian Wilayah*, 4(2), 165–184. <http://journal.unair.ac.id/download-fullpapers-12> Kurnia Novianti - Peran NGO sebagai Bagian dari Civil Society dalam Mitigasi Banjir di Praha.pdf
- Nurhariska, A., Hayat, H., & Abidin, A. Z. (2023). Analysis of Mobile Village Development Innovation in Technology-Based Public Services. *Jurnal Manajemen Pelayanan Publik*, 6(2), 116. <https://doi.org/10.24198/jmpp.v6i2.39214>
- Pandey, C. L. (2015). Managing climate change: Shifting roles for NGOs in the climate negotiations. *Environmental Values*, 24(6), 799–824. <https://doi.org/10.3197/096327115X14420732702734>
- Pompeo, M. R. (2019). Withdrawal from the Paris Agreement. Embassy and Consulate Brazil. <https://br.usembassy.gov/on-the-u-s-withdrawal-from-the-paris-agreement/>
- Rietig, K. (2016). The power of strategy: Environmental NGO influence in international climate negotiations. *Global Governance*, 22(2), 269–

288. <https://doi.org/10.1163/19426720-02202006>
- Rowlands, I. H. (2001). The Kyoto Protocol's "clean development mechanism": A sustainability assessment. *Third World Quarterly*, 22(5), 795–811. <https://doi.org/10.1080/01436590120084601>
- Schmidt, V. A. (2013). Democracy and Legitimacy in the European Union Revisited: Input, Output and "Throughput." *Political Studies*, 61(1), 2–22. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2012.00962.x>
- Sitorus, S. A., & Purnama, C. (2023). Greenpeace Campaigns Against Asia Pulp & Paper and Wilmar International: A Comparative Research. *Jurnal Global & Strategis*, 17(1), 101–130. <https://doi.org/10.20473/jgs.17.1.2023.101-130>
- Strachová, N. (2021). Cities Towards Global Climate Governance: How the Practices of City Diplomacy Foster Hybrid Multilateralism. *Przegląd Strategiczny*, 14, 365–377. <https://doi.org/10.14746/ps.2021.1.21>
- Superiore, S., & Anna, S. (2023). Addressing Complexity The rise of the hybrid multilateral climate regime and its impact on the role played by ENGOs in the governance of climate change Addressing Complexity The rise of the hybrid multilateral climate regime and its climate change . March.
- Talenti, R. (2022). Addressing Complexity The rise of the hybrid multilateral climate regime and its impact on the role played by ENGOs in the governance of climate change. *Perspectives on Federalism*, 14(2), E182–E224.
- The Climate Policy Info Hub. (2023). Observer NGOs and the International Climate Negotiations. The Climate Policy Info Hub. <https://climatepolicyinfohub.eu/observer-ngos-and-international-climate-negotiations.html>
- United Nations Climate Change Secretariat. (2017). Guidelines for the participation of representatives of non-governmental organizations at meetings of the bodies of the United Nations Framework Convention on Climate Change. March, 5. https://unfccc.int/files/parties_and_observers/ngo/application/pdf/coc_guide.pdf
- United Nations Framework Convention on Climate Change. (n.d.). Admitted NGOs. <https://unfccc.int/process-and-meetings/parties-non-party-stakeholders/non-party-stakeholders/overview/admitted-ngos>
- Widerberg, O., & Pattberg, P. (2015). International cooperative initiatives in global climate governance: Raising the ambition level or delegitimizing the UNFCCC? *Global Policy*, 6(1), 45–56. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12184>

Wildan Ilmanuarif Shafar & Nurul Isnaeni. (2016). The Influence of Greenpeace Advocacy Towards CIMB International on the Issue of Coal Power Plant Financing Discharge in Indonesia. E-Journal. Unair.Ac.Id, 2, 379–410. <https://e-journal.unair.ac.id/JGS/article/download/40446/23360>

RESUMO

O estudo busca explicar os papéis dos atores não estatais nas negociações climáticas internacionais. A existência do Acordo de Paris, em nossa visão, fortalece a arquitetura do multilateralismo híbrido que torna possível encorajar atores não estatais a participar da governança climática global, como o Greenpeace. Com base em pesquisa bibliográfica, este estudo usa abordagens de pesquisa qualitativa. Além disso, utilizamos informações secundárias relevantes para os assuntos abordados nesta pesquisa de publicações acadêmicas e fontes de notícias online. A partir desta pesquisa, descobrimos que três pontos-chave principais, autoridade, legitimidade e eficácia no multilateralismo híbrido explicam melhor o envolvimento do Greenpeace nas negociações climáticas internacionais. Além disso, ao seguir certos indicadores da influência de organizações não governamentais, o Greenpeace é visto como tendo sucesso em influenciar o Protocolo de Kyoto, mas perdeu seu papel em influenciar o Acordo de Paris após a retirada dos Estados Unidos sob a administração de Trump.

PALAVRAS-CHAVE

Greenpeace; Autoridade; Legitimidade; Eficácia; Organização Não Governamental.

Recebido em 14 de janeiro de 2024

Aprovado em 2 de novembro de 2024

Traduzido por Nathalia de Castro e Souza